

Sobre a noção de Paradigma e seu uso nas ciências humanas

About the notion of de Paradigm and its use in humans sciences

José D'Assunção Barros¹

RESUMO

Este artigo busca discutir as possibilidades de aplicação, para as Ciências Humanas, do conceito de “paradigma”. São discutidas, em um primeiro momento, as clássicas definições e abordagens propostas por Thomas Kuhn no ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Em um segundo momento, é discutida a necessidade de adaptações do conceito no âmbito das Ciências Humanas, considerando que ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia são multiparadigmáticas. A articulação entre os conceitos de “Matriz Disciplinar” e “Paradigmas” pode ser apresentada como uma alternativa teórica interessante. O exemplo da História é trazido para ilustrar uma situação que pode ser estendida às outras ciências humanas.

Palavras-chave: Ciências Humanas. Paradigma. Matriz Disciplinar. História.

ABSTRACT

This article aims to discuss de possibilities of application, to the Human Sciences, of the concept of “paradigm”. They are discussed, in a first moment, by their classical definitions and approaches proposed by Thomas Kuhn in his essay *Structure of Scientific Revolutions* (1962). In a second moment, is discussed the necessity of adaptations of the concept in the ambit of the Human Sciences, considering that sciences as History, Sociology, Anthropology and Geography are multiparadigmatics. The articulation between the concepts of “Disciplinary Matrix” and “Paradigms” may be presented as an interesting theoretical alternative. History is presented as an example to illustrate a situation that may be extended to all disciplines of the Human Sciences.

Key-Words: Human Sciences. Paradigm. Disciplinary Matrix. History.

¹ Professor-adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Autor dos livros *O Campo da História* (2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (2005), *Cidade e História* (2007) e *A Construção Social da Cor* (2009), todos publicados pela Editora Vozes.

O conceito de Paradigma alcançou extraordinário sucesso na “história das ciências”, em especial na história das chamadas ciências “duras” e no âmbito das “ciências naturais”. Gostaríamos de indagar, neste artigo, pela aplicabilidade deste conceito nas ciências sociais e humanas. Seria tal conceito – e as idéias que normalmente a ele se associam – aplicáveis a ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia? Que adaptações devem ser feitas às definições mais habituais deste conceito para que ele se mostre útil às ciências sociais e humanas, no sentido de favorecer uma compreensão da própria história destas ciências? Buscaremos refletir sobre estas questões, e sobre os problemas que elas nos colocam.

Em um ensaio de 1962 sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, o físico e historiador da ciência Thomas Kuhn (1922-1996) define o que seria um “paradigma” na História das Ciências. À parte o sentido filosófico, que se refere a um modelo de tratamento com relação a determinado aspecto ou questão singular, Kuhn define o paradigma – no sentido sociológico, que é o que estará mais interessando aqui – como “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento”. É verdade que Kuhn priorizava em sua análise as ciências exatas e naturais, e por vezes se refere ao paradigma como uma espécie de macroteoria, marco ou perspectiva que se aceita de forma geral por toda a “comunidade científica” relacionada a determinado campo de saber (por exemplo, a Física, a Química, ou a Astronomia). A análise funciona particularmente bem para o caso de boa parte da história da Física – que apresentou um grande paradigma dominante desde Newton e até a emergência de novos paradigmas no século XX – ou para a Astronomia, a Química, e outros campos.

Para Kuhn, um paradigma sempre apresenta o interesse de criar e reproduzir condições para ampliar o conhecimento, respondendo aos problemas que são colocados pela sua época. Na verdade, as próprias definições dos problemas ou dos tipos de problemas que a ciência deve resolver, fariam parte do paradigma. De todo modo, até certo momento de seu desenvolvimento, o paradigma vigente parece se mostrar apto a resolver todos os problemas que são considerados pertinentes e dignos de atenção pela comunidade científica. A certa altura, contudo, o paradigma depara-se com seus próprios limites, e começa a se apresentar como inadequado.

Quando o paradigma não é mais capaz de resolver todos os problemas, que podem persistir ao longo de anos ou mesmo séculos, ele é gradualmente posto em cheque, porque se começa a questionar se ele constitui mesmo o “marco” mais adequado para a resolução de problemas ou se deveria ser abandonado. O paradigma, naturalmente, tende a resistir ferrenhamente, ancorado em suas pretensões monopolistas, antes de se resignar a um solene retiro para o cemitério das idéias mortas. Mas isto cedo ou tarde ocorrerá ao paradigma que já não responde às perguntas de seu tempo, as mesmas que se acumulam sobre o seu céu conceitual como pesadas nuvens de uma tempestade que se anuncia.

Edgar Morin, não tanto refletindo sobre os “paradigmas” no sentido proposto por Kuhn, mas de todo modo se referindo ao que denominou “sistemas de idéias”, assim se expressa, com palavras particularmente candentes que bem poderiam ter sido empregadas por Kuhn sem trair o essencial de suas idéias sobre a crise paradigmática:

Com a força do caráter autoritário e da pretensão monopolista, uma teoria, mesmo científica, tende sempre a recusar um desmentido dos fatos, uma experiência que lhe seja contrária, uma teoria mais bem argumentada. Por isso é raro que seja suficiente, para a desintegração de uma teoria, uma experiência decisiva ou um argumento ‘imbatível’. É necessária uma longa série de provas acumuladas das suas carências e insuficiências e também o aparecimento de uma nova teoria mostrando uma grande pertinência. Assim, na história das ciências, as teorias resistem dogmaticamente como doutrinas, mas, finalmente, a regra do jogo competitivo e crítico leva-as a emendarem-se, depois a retirar-se para o grande cemitério das idéias mortas. (MORIN, 1998, p.166).

Retomando as considerações de Thomas Kuhn, nestes momentos em que se estabelece uma “crise paradigmática” ocorreria a proliferação de novos paradigmas que competiriam entre si até que um conseguiria se impor como o enfoque mais adequado, produzindo-se então uma Revolução Científica. Desde já, é importante salientar que Thomas Kuhn mostra-se ciente da não-homogeneidade dos campos de saberes, uma vez que se expressa em termos de que seria impingida, ao praticante que adentra o seio da comunidade científica, uma certa formação que se constrói em torno de “uma *falsa* idéia de linearidade da evolução de seu respectivo campo especializado” (KUHN, 2007, p.177).

Diga-se de passagem, no capítulo “A Invisibilidade das Revoluções” do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Kuhn discorre sobre o papel dos

manuais científicos na difusão desta idéia de continuidade atrelada a uma longa tradição científica, mais povoada por sucessivas acumulações do que por rupturas:

Sendo os manuais veículos pedagógicos destinados a perpetuar a ciência normal, devem ser parcial ou totalmente reescritos toda vez que a linguagem, a estrutura dos problemas ou as normas da ciência normal se modifique. Em suma, precisam ser reescritos imediatamente após cada revolução científica e, uma vez reescritos, dissimulam inevitavelmente não só o papel desempenhado, mas também a própria existência das revoluções que os produziram [...] Deste modo, os manuais começam truncando a compreensão do cientista a respeito da história de sua própria disciplina e em seguida fornecem um substituto para aquilo que eliminaram (KUHN, 2007, p.177).

É preciso considerar que, nas ciências humanas, nem sempre é assim, ainda que esta situação ocorra amiúde. A história da historiografia – isto é, da História como um campo de saber específico – oferece-nos, em pelo menos uma ocasião, uma interessante situação inversa. Os principais artífices do movimento dos *Annales*, na primeira metade do século XX – Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernando Braudel – bem como os historiadores da *Nouvelle Histoire* que reivindicam sua herança, sempre se empenharam em colocar em relevo o caráter revolucionário dos *Annales*, e até em exagerar sua ruptura em relação a correntes historiográficas anteriores. Construiu-se mesmo certa mística em relação a este caráter revolucionário dos *Annales*, cultuada em ensaios de historiadores ligados ao grupo (ver BRAUDEL, 1972, p.467, e também os diversos artigos em FEBVRE, 1953). Outro exemplo clássico, ainda relacionado a este complexo campo de saber que é o da historiografia científica, pode ser dado com a leitura do movimento dos *Annales* que foi proposta por Pierre Chaunu em seu livro *História, Ciência Social*. Para ele, a História – a verdadeira história – nasce apenas em 1929, e “o que é anterior tem [somente] valor de documento” (CHAUNU, 1974, p.101).

Vale lembrar ainda que, à parte a emblemática contribuição de Kuhn ao estudo das rupturas paradigmáticas e da não-progressividade da história das ciências naturais, estas também já haviam sido bem analisadas por Gastón Bachelard em meados do século XX, tal como demonstra o ensaio *Le Materialisme Rationnel* (1953, p.209-217). De igual maneira, há diversas contribuições teóricas de Bachelard a serem consideradas neste e em outros ensaios, tal como por exemplo a referência, em *Formação do Espírito Científico*, aos “obstáculos epistemológicos” que vão surgindo no próprio ato de conhecer (1938).

A contribuição de Thomas Kuhn à reflexão teórica sobre a formação e crise de paradigmas científicos é inquestionável, e sua análise tornou-se um clássico para o estudo da História das Ciências. Deve-se observar, contudo, que na História e nas Ciências Humanas há necessidade de maior ajuste ou adaptação destes vários conceitos. Isto ocorre, antes de mais nada, porque as diversas teorias tendem aqui a ser essencialmente concorrentes, bem como se mostrar disponíveis para a comunidade historiográfica ou sociológica sem que se possa dizer que, em algum momento, haja predomínio de uma só perspectiva². Fica mais difícil, para o caso das ciências sociais e humanas, falar em uma “revolução científica” que estabeleça uma hegemonia, ou que produza a substituição de um novo e único paradigma pelo tradicional, como se houvesse uma única sucessão de paradigmas, no sentido sociológico da expressão. A situação é distinta daquela que atrás vimos relativamente às teorias na Física, uma vez que estas, quando não romperam definitivamente com suas predecessoras em situação de irreparável ruptura, frequentemente foram progressivamente englobantes no seu desenvolvimento histórico, ao menos até fins do século XIX. A história da Física nos mostra inúmeros exemplos nos quais uma teoria mais completa incorporou a outra, superando-a, e ao mesmo tempo se mostrando capaz de resolver também novos problemas. Nestes casos, se há uma ruptura, de alguma maneira o novo paradigma se nutre constantemente de conquistas anteriores, redimensionando-as. De outra parte, a história a Física mostra ainda inúmeras situações em que novas teorias surgiram em radical ruptura com o que até o momento se tinha por certo, e, nestas ocasiões, através daquilo que Thomas Kuhn chamou de “revoluções científicas”, terminava-se por ocorrer a instalação de um novo paradigma, por substituição ao paradigma anterior. A história das ciências naturais, no Ocidente, foi alternadamente a história de englobamentos e aperfeiçoamentos do paradigma (o que Kuhn chama de

² O próprio Thomas Kuhn, em um artigo posterior intitulado “As ciências naturais e as ciências sociais”, dá mostras de ter se tornado consciente desta diferença. O ensaio foi incluído na coletânea de textos intitulada *O Caminho desde a Estrutura* (2006. p.265-273), e contrasta com as posições de Kuhn por ocasião da publicação de seu famoso livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Uma passagem desta obra, em particular, ilustra o posicionamento de Thomas Kuhn. Depois de mostrar como os vários campos de saber e âmbitos de estudos relacionados às ciências exatas e naturais vão passando à fase mais amadurecida marcada pela tendência ao predomínio de um paradigma único, Kuhn assim se refere às ciências sociais “Permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas. A história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua” (KUHN, 2007, p.35).

‘desenvolvimentos da Ciência Normal’) e de rupturas, que estabelecem a “Ciência Revolucionária”.

Com as ciências humanas, não é preciso insistir no fato de que é muito mais comum identificarmos, ao longo de toda a sua história, o eterno padrão dos “paradigmas concorrentes” que se dão ao mesmo tempo, em recíproca descontinuidade. Aqui, se cada teoria permite de fato colocar e resolver novos problemas, não se pode dizer que um paradigma supere o outro, em absoluto. É assim que, desde há muito, historiadores e sociólogos se acostumaram a conviver com uma expressiva diversidade de paradigmas relativos aos seus campos de saber, e também de teorias concorrentes concernentes aos seus mais diversos objetos de estudos. Deve-se ressaltar, inclusive, que os próprios problemas levantados por um determinado paradigma, nas ciências humanas (como também nas ciências naturais), não são os mesmos que chamarão a atenção dos historiadores e cientistas sociais ligados a outro âmbito teórico. Perguntas radicalmente diferentes são formuladas pelas diversas formas de Positivismo, pelo Historicismo e pelo Materialismo Histórico, apenas para citar os três primeiros grandes paradigmas historiográficos que surgiram assim que a História se tornou científica, e também são problemas basicamente distintos daqueles que são evocados pelos desenvolvimentos teóricos propostos por pensadores mais ou menos independentes como Max Weber, Norbert Elias ou Michel Foucault.

Assim, se os materialistas históricos empenham-se desde sempre em apreender na história a “luta de classes”, e costumam indagar pelas relações que existiriam entre os aspectos econômicos e culturais, já algumas das correntes relacionadas ao Positivismo pretendem enxergar a realidade social sob o prisma da “conciliação de classes”, e formular questões que relacionem “ordem” e “progresso” sob esta mesma perspectiva. De igual maneira, se os praticantes de uma “história universal” buscavam apreender a história da humanidade como um único movimento, tal como se pode ver na historiografia idealista inspirada em Hegel nos anos 1830, já os historicistas daquela mesma primeira metade do século XIX costumavam se perguntar como seria possível captar a singularidade de cada povo ou nação, de modo a construir uma história genuinamente nacional.

Os exemplos poderiam ser multiplicados *ad nauseam*. O importante é dar a perceber que os historiadores e cientistas sociais desde há muito convivem com

esta multiplicidade de maneiras de indagar a realidade e de ver as coisas, e que já a partir dos primeiros momentos de seu treinamento aprendem a conviver com as diversas alternativas teóricas que terão à sua disposição em cada um destes campos de saber, sem acreditar que uma delas trará a solução definitiva. Ou, ainda, mesmo que um historiador ou sociólogo acredite que o seu paradigma específico é o mais correto, a própria história do seu campo de saber lhe mostra que os vários paradigmas aqui coabitam sem que um possa superar o outro. O mesmo não se dá, certamente, com os diversos campos de saber relacionados às ciências da natureza, e em alguns deles é especialmente intensa a idéia de que a comunidade científica deve entrar em acordo com relação a certas questões paradigmáticas. A ausência deste acordo, para alguns cientistas da natureza, chega a ser mesmo perturbadora³.

Poderíamos mesmo ir além, e adotar uma metáfora que é empregada pelo próprio Thomas Kuhn na sua análise dos paradigmas relacionados às ciências naturais e exatas. Os contingentes de cientistas sociais e humanos associados aos diversos paradigmas – sejam historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, psicólogos, economistas ou outros – “habitam mundos diferentes”. Um determinado historiador vive em um mundo no qual se embatem as “classes sociais”, outro habita um mundo povoado por “espíritos nacionais”, um terceiro vive em um planeta social que é produzido pelo somatório de indivíduos, e aquele outro perambula descompromissadamente por um universo descontínuo. Neste historiador das relações de gênero, a “sexualidade” (o conjunto de fatores que determinam o “masculino” e o “feminino”) constitui um pacote de dados que se impõe pela própria natureza; mas para aquele outro, não é apenas o “gênero” que é histórico, mas até mesmo o sexo, em última instância, é uma construção social. Há ainda os que habitam mundos povoados por “raças” de homens, e aqueles que, no limite,

³ No capítulo “Resposta à Crise” de seu ensaio, Thomas Kuhn (2007, p.115) chega a mostrar como é perturbador para os físicos e químicos o período de crise paradigmática, no qual concorrem vários paradigmas na sua disputa pela hegemonia teórica de um campo científico. Em suas “notas autobiográficas”, Einstein assim se refere ao período que precede a maturação da teoria do campo eletro-magnético de Maxwell, e depois o desenvolvimento dos princípios de Heisenberg, que permitiriam à Física sair da confusão paradigmática de fins do século XIX: “Foi mesmo como se o solo debaixo de nossos pés tivesse sido retirado, sem que nenhum fundamento firme, sobre o qual se pudesse construir, estivesse à vista” (EINSTEIN, 1949, p.45). Muito antes dele, vivendo a crise paradigmática de sua própria época, Copérnico havia comparado o campo disciplinar da Astronomia do século XVI a um “monstro” montado com partes incoerentes entre si (KUHN, 1957, p.138). Já entre historiadores, e cientistas humanos e sociais, de modo geral, a “confusão paradigmática” é absolutamente o estado normal das coisas, e todo historiador, sociólogo ou antropólogo já aprende desde cedo a respirar confortavelmente no redemoinho no qual se embatem as diversas teorias e modelos.

caminham por paisagens nas quais é possível vislumbrar em cada átomo individual a diversidade humana.

Esta propriedade dos cientistas de “viverem em mundos diferentes”, conforme as visões teóricas que conformam suas maneiras de pensar, não é apanágio das ciências sociais e humanas, e é também atributo dos cientistas da natureza e dos saberes exatos⁴. O cerne da questão, todavia, encontra-se no modo como uns e outros encaram esta mesma situação. Além de serem muito mais acentuados nas ciências humanas e sociais esta convivência e o intenso trânsito entre diversificadas teorias, o fato é que os cientistas sociais já se habituaram há muito a este “viver entre mundos”. Os cientistas sociais, habitantes de uma diversificada federação de planetas teóricos, tornaram-se excelentes tradutores uns dos outros, e exercem desde há muito uma sofisticada diplomacia teórico-metodológica.

O universo das ciências sociais e humanas, enfim, oferece desde cedo aos seus praticantes uma complexa rede de paradigmas e posicionamentos teóricos que devem ser escolhidos, caso a caso, para a prática da produção de conhecimento em cada um dos campos de saber. Não é com a sucessão de paradigmas que suplantam uns aos outros, e que fazem a ciência avançar a partir de rupturas irreversíveis, que lidam os cientistas sociais e humanos, mas sim com a possibilidade de estabelecerem uma comunicação entre mundos distintos. A “tradução” é uma prática mais firmemente estabelecida entre os cientistas sociais do que as operações de “conversão”, que de resto precisam ocorrer mais amiúde entre os cientistas exatos. No universo das ciências sociais e humanas, as conversões de pesquisadores que decidiram migrar para um novo paradigma, em que pese não deixem de ocorrer, são decisões sempre individuais, e não necessidades da comunidade científica. A comunidade de historiadores jamais se pronuncia em bloco a favor da adoção de um único paradigma, mesmo ao cabo de algumas gerações, tal como ocorreu com a maior parte da comunidade dos físicos ao aderir ao

⁴ Assim discorre Thomas Kuhn sobre a questão, referindo-se aos campos da Física e da Química: “Em um sentido que sou incapaz de explicar melhor, os proponentes de paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes. Um [o mundo físico dos aristotélicos] contém corpos que caem lentamente, o outro [o mundo físico de Galileu] pêndulos que repetem seus movimentos sem cessar. Em um caso, [já se referindo à Química] as soluções são compostos; no outro, misturas. Um encontra-se inserido numa matriz de espaço plana [o cientista associado ao paradigma newtoniano]; o outro, em uma matriz curva [os cientistas relativistas que adotam o ponto de vista de Einstein]. Por exercerem sua profissão em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas vêem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção” (2007, p.192).

paradigma newtoniano, e ao considerá-lo mais tarde superado pela “teoria da relatividade”⁵.

Ao lado disto, ainda que um materialista histórico consiga convencer um positivista a abandonar o seu planeta teórico, ele sabe perfeitamente que não poderá converter maciçamente *todo* o “planeta dos positivistas”. Assim também, ainda que possa atrair para o seu centro de gravidade um filósofo errante, a paisagem espacial das ciências humanas sempre será percorrida por meteoritos e cometas autônomos, ao lado da viagem orbital mais perene dos grandes planetas paradigmáticos. Obrigar o universo a se curvar a um único paradigma, ou, mais ainda, a uma única corrente teórica no interior de um paradigma, é o mesmo que resolver questões teóricas e empíricas a golpes de foice e martelo, como fez Stalin com relação à imposição teórica de determinadas soluções historiográficas no interior do marxismo-leninismo, no período de seu governo autoritário na União Soviética.

O eficaz aparato conceitual proposto por Thomas Kuhn para compreender a História da Ciência veio a ocupar um lugar de inegável destaque no âmbito dos estudos sobre a história dos diversos campos disciplinares. O conceito de paradigma, todavia, clama por algumas adaptações conforme o aplicamos a um ou outro campo de conhecimento, em especial quando temos em vista as ciências sociais e humanas. É importante lembrar que, em outro momento de suas reflexões, ao procurar aparar arestas de seu quadro conceitual, Thomas Kuhn chegou a falar em uma “matriz disciplinar” – noção que poderia se mostrar mais eficaz no que se refere ao universo mais amplo de valores que afetam cada comunidade científica em questão.

Esta segunda solução conceitual – utilizada para evitar dois usos distintos que haviam sido empregados no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) – é introduzida por Thomas Kuhn no “Posfácio” de 1969, que o autor acrescentou a este mesmo livro (KUHN, 2006, p.228). Neste *Posfácio*, Thomas Kuhn justifica a escolha do termo: “ ‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum dos praticantes de

⁵ Nas ciências exatas, a conversão da comunidade científica ao novo paradigma dá-se, comumente, não através do somatório das adesões de cada cientista. Geralmente a comunidade científica vai aderindo ao novo paradigma através da sucessão de duas ou mais gerações. Thomas Kuhn registra o seguinte depoimento de Max Planck: “uma nova verdade científica não triunfa convencendo seus oponentes e fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela” (PLANCK, 1949, p.33-34; KUHN, 2007, p.193). Da questão da “conversão”, Kuhn trata no ‘capítulo 11’ de seu livro.

uma disciplina particular. ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2006, p.228-229). Segundo Kuhn, a ‘Matriz Disciplinar’ é uma espécie de patrimônio ou repertório de recursos partilhados por todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e se constitui de alguns tipos de componentes, os principais dos quais seriam: (1) as “generalizações simbólicas” (na verdade postulados ou expressões empregados pelos praticantes do campo sem discussão ou dissensão; (2) crenças; (3) valores e (4) exemplares (modelos que instruem os aprendizes de uma ciência).

Este segundo conceito proposto por Thomas Kuhn – Matriz Disciplinar – pode se revelar particularmente interessante para a comunidade historiadora, apenas para dar um exemplo entre as diversas ciências sociais e humanas. De fato, existem certos princípios mais gerais que realmente são aceitos pela ampla maioria dos historiadores – tais como a necessidade de uma base empírica nas fontes ou como a consideração da perspectiva do tempo – e que deste modo poderiam corresponder a uma “matriz disciplinar”, sendo que esta por sua vez poderia abrigar dentro de si certo número de paradigmas concorrentes. A matriz disciplinar, para o caso da História, corresponderia em boa parte ao que Michel de Certeau se referiu como a rede de pressões que vem da comunidade de historiadores e que interfere no “lugar de produção” de uma *Operação Historiográfica* (1974). Jörn Rüsen adaptou o conceito de ‘matriz disciplinar’ em seu livro *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica* (1983). Também Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1970), embora sem utilizar o mesmo vocabulário, refere-se a este conjunto de imposições disciplinares que incidem sobre os praticantes de cada um dos vários campos de conhecimento. Ainda para Thomas Kuhn, seria sempre preciso considerar certo patamar básico de conhecimentos e pressupostos que existiriam como necessários, aos olhos da comunidade científica, de modo a dar suporte à concepção e à recepção das questões científicas em determinado campo de conhecimento. É aqui que a noção de “matriz disciplinar” torna-se operante.

As adaptações destes vários conceitos podem se mostrar relevantes para a historiografia, desde que sempre tenhamos em vista as especificidades da História. O que ocorre com a Historiografia e com outras ciências humanas é que, conforme já reiteramos algumas vezes, nelas não se impõe ao seu praticante em formação

essa ilusão de uma evolução linear de seu campo de conhecimento. Desde cedo, o historiador em formação toma conhecimento de que existem diversos paradigmas concorrentes, diversas teorias que se complementam ou que se confrontam, conceitos flexíveis a serem operacionalizados. Conscientizado de que trabalhará com escolhas, o historiador percebe ao longo da sua formação que a situação habitual é mesmo a da proliferação de paradigmas concorrentes, e dificilmente se poderia dizer que tenha ocorrido alguma vez a imposição de um paradigma único. Seria útil pensar na imposição, sim, de certa “matriz disciplinar”, aliás em contínua mas lenta transformação através do devir histórico, no interior da qual se afirmam paradigmas diversificados ao sabor do dinâmico jogo de interações e transformações mais ou menos rápidas estabelecidas pelas variadas realizações historiográficas.

Pensadas em um quadro de historicidade e de adequação às ciências humanas, as noções de “matriz disciplinar” e de “paradigma” podem se adaptar particularmente bem ao estudo da Teoria da História. Nesta estrutura conceitual, a “Matriz Disciplinar” corresponderá, antes de mais nada, a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos praticantes do campo. Por exemplo, tomemos o caso dos historiadores. Para estes, são princípios aceitos por quase todos os praticantes profissionais deste campo tais como aspectos como a necessidade de uma referência à base documental (fontes históricas) ou a consideração das mudanças no tempo – aspectos sem os quais a própria disciplina perderia a sua identidade nos moldes como hoje a concebemos. Estas e outras ‘singularidades’ – que, para cada caso, correspondem àquele conjunto irreduzível de dimensões, princípios e postulados aceites por todos ou quase todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e que, de certo modo, é o que marca a identidade do campo em relação a outras áreas de saber – constituem, por assim dizer, o “núcleo duro” de uma ‘matriz disciplinar’. Este núcleo duro pode mudar, mas se isso ocorre, ou é muito lentamente, ou é como resultado de alguma mudança revolucionária nos aspectos essenciais de um campo disciplinar.

Na História, por exemplo, veremos depois que a consciência de que o historiador trabalha com a dimensão do “Tempo” foi se instalando gradualmente e decisivamente na História (pois ainda não estava presente com toda a clareza na

historiografia de Heródoto, para quem a história era sobretudo um “inquérito” ou uma “investigação”). Hoje, historiador algum questionaria o fato de que a História opera essencialmente com a dimensão do “Tempo”. Pode se dar mesmo que haja mudanças menos ou mais perceptíveis na forma como se pensa esta dimensão temporal da História – e podemos lembrar que os historiadores um dia tenderam a pensar a História como “estudo do passado humano”, enquanto a partir de Marc Bloch tem-se, como uma definição mais precisa, que “a história é o estudo do homem no tempo” (BLOCH, 1949). Mas de todo modo é inconteste para qualquer historiador que a História traz esta noção de “temporalidade” para a centralidade de suas operações.

Já a noção de ‘fonte histórica’ tem integrado, da mesma maneira, o ‘núcleo duro’ da ‘matriz disciplinar’ da História. Desde Heródoto e Tucídides, já havia a consulta historiográfica de fontes escritas ou materiais, ainda que estes historiadores da Grécia Antiga tendessem a considerar como possuindo maior grau de confiabilidade os depoimentos orais ou mesmo aquilo que o historiador pode presenciar ele mesmo. Tal tendência foi se revertendo, e a “fonte histórica” foi ocupando cada vez mais uma centralidade. Desde o princípio do século XIX, quando começa a se constituir para a História uma ‘matriz disciplinar’ já propriamente científica, a noção de fonte histórica – ou de “documento histórico” – beneficia-se mesmo de uma revolução que agrega ao trabalho com as fontes históricas uma preocupação metodológica bastante rigorosa, a começar pela chamada “crítica documental” instituída pelos historicistas da Escola Histórica Alemã. Esta centralidade da ‘fonte histórica’, e também os cuidados metodológicos na sua operacionalização, não abandonariam mais, desde então, o “núcleo duro” da ‘matriz disciplinar da História’. Pode-se discutir as metodologias, ou mesmo as relações que estas fontes poderão estabelecer com a possibilidade de se alcançar em algum nível uma “verdade histórica” (um questionamento encaminhado, por exemplo, por setores do pós-modernismo historiográfico). Mas os historiadores não colocam em dúvida o papel central da ‘fonte histórica’ no seu trabalho. Isso faz parte da sua “matriz disciplinar”.

Pode-se ainda acompanhar a proposição de Thomas Kuhn de que os chamados “exemplares” também fazem parte de uma ‘matriz disciplinar’. Postularemos que os exemplares não fazem parte do ‘núcleo duro’ de uma matriz

disciplinar, mas que de todo modo a habitam, como um repertório de modelos disponíveis para todos os praticantes de uma disciplina científica, inclusive para aqueles que estão aprendendo o seu ofício e ainda se instruindo com vistas a serem aceitos na 'comunidade científica'. Para Kuhn, os "exemplares" constituem, antes de mais nada, "as soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames, ou nos capítulos dos manuais científicos" (KUHN, 2007, p.234). Tais soluções, prossegue Kuhn, indicam, através de exemplos, como os praticantes do campo devem realizar o seu trabalho. "A prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através dos exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes" (KUHN, 2007, p.234-235). Na História, iremos encontrar muitos exemplares através do repertório de métodos e técnicas que se colocam à disposição dos historiadores para a abordagem dos diversos tipos de fontes. Através de um exemplar – não importa a que corrente teórica ou a que paradigma o historiador se associe – pode-se encontrar uma operação metodológica aplicável a uma situação análoga. É possível também encontrar "exemplares" ao nível teórico, mas para os historiadores, é especialmente no âmbito metodológico que os exemplares se oferecem em maior quantidade, uma vez que as escolhas teóricas e conceituais, em boa parte dos casos, já começam a fazer parte do universo mais específico das correntes teóricas e paradigmas historiográficos, compreendidos como subconjuntos que se encaixam no interior da 'matriz disciplinar' mas que formam territórios específicos, por vezes concorrentes, no interior desta matriz. Isto nos leva, aliás, ao próximo aspecto a ser discutido.

A 'Matriz Disciplinar', poderemos deixar por estabelecido, é este universo mais amplo no qual se incluem, ou com o qual concordam, todos os praticantes do campo. Ela tem o seu 'núcleo duro', formado pelos aspectos incontestes do campo, e também uma certa constelação habitada por exemplares e elementos disponíveis para todos os praticantes, independente de suas filiações teóricas mais específicas. Quanto aos paradigmas, e já consideraremos aqui o caso da História, estes expressam posicionamentos distintos sobre questões fulcrais que redefinem a prática historiográfica, situação que podemos exemplificar com a contraposição entre o paradigma Positivista e o paradigma Historicista no século XIX, apenas para dar um exemplo. O paradigma, contudo, não se impõe necessariamente contra

certos aspectos que constituem o núcleo fundamental da matriz disciplinar, e podemos lembrar aqui as reflexões do micro-historiador italiano Carlos Ginzburg sobre as “Raízes de um Paradigma Indiciário” (1986), em um artigo no qual ele historia a emergência, nas ciências humanas, de um novo modelo epistemológico relacionado a uma inovadora abordagem dos indícios. Apesar de propor a consideração de um novo paradigma, em nenhum momento Ginzburg coloca em cheque a necessidade da referência a “bases de fontes históricas”, o que já constitui uma dimensão inerente ao “núcleo duro” da própria matriz disciplinar da História atualmente em vigor, conforme vimos acima. O mesmo Carlo Ginzburg vem, aliás, em defesa desta matriz em outro artigo, de 1979, intitulado “Provas e Possibilidades”, no qual polemiza contra certas posições sustentadas por Hayden White que estariam ameaçando aproximadamente perigosamente a Historiografia dos trabalhos de ficção literária (1973). O exemplo mostra que afirmar ou sustentar certo paradigma, na História, não implica em afrontar elementos fundamentais da sua matriz disciplinar. Conforme postulamos antes, a História, já desde há muito, trabalha com paradigmas concorrentes, e não com a sucessão de paradigmas únicos. Mas isto não impede que haja uma determinada ‘matriz disciplinar’ reconhecida pela ampla maioria de historiadores.

Para além dos paradigmas, entre eles, e no interior deles, podemos ter inúmeras correntes teóricas, conforme já discutiremos antes, e não mais nos deteremos neste ponto. Seria o caso, apenas para lembrar um exemplo, de pensar nas inúmeras correntes teóricas que povoam o paradigma do Materialismo Histórico ou o paradigma Historicista, por vezes algumas destas correntes confrontando-se umas com as outras na sua discordância com relação ao uso de determinados conceitos, abordagens, ou mesmo à interpretação ou possibilidades de aplicação de certos princípios que constituem o paradigma. Pode ocorrer mesmo o confronto de dialetos no interior da linguagem mais ampla que é típica do paradigma (por vezes, é possível reconhecer no interior do paradigma do Materialismo Histórico, através do seu dialeto, os partidários da “Teoria Crítica” inspirada na Escola de Frankfurt, os historiadores marxistas influenciados pela Escola Inglesa do Marxismo, ou os historiadores que incorporaram o dialeto estruturalista de influência althusseriana).

A questão das “linguagens” e “dialetos”, aliás, constitui um último ponto a discorrer. Os historiadores, por exemplo, costumam lidar com um entremeado muito

rico de linguagens e elementos expressivos, oriundos de âmbitos diversos. Tais como os demais cientistas humanos, muito habitualmente os historiadores lidam com palavras e expressões de uso comum, de maneira que a sua linguagem é de modo geral facilmente comunicável ao grande público. É mais fácil ao público não-especializado compreender um historiador, do que compreender um economista ou um profissional ligado ao Direito (a não ser que estes se empenhem na tradução dos seus termos mais complexos), e será ainda mais difícil se aproximar da linguagem dos Físicos e dos Matemáticos no momento em que estes estiverem utilizando fórmulas matemáticas e um sistema conceitual de base para cuja compreensão é necessário determinado treinamento prévio. Todavia, mesmo os historiadores têm também a sua linguagem, transversal aos diversos níveis que se estabelecem a partir do âmbito mais englobante, que é o da Matriz Disciplinar.

Existem expressões e conceitos que são amplamente conhecidas de todos aqueles que são familiares a determinado campo de saber, e que conhecem bem a sua Matriz Disciplinar. Não raro, existem expressões e conceitos que foram fixadas no campo disciplinar através de determinados “exemplares”, e que são cedo aprendidas pelos praticantes de um campo, desde o seu período de formação; existem também expressões que ficaram associadas ao uso que delas fez certo autor⁶. A expressão “processo civilizador”, por exemplo, ficou muito associada ao uso que dela fez Norbert Elias no livro que leva este nome (1939). Há também conceitos que se territorializam. O conceito de “dialética negativa”, tornou-se praticamente marca registrada dos desenvolvimentos derivados da “Teoria Crítica” e de outras propostas da Escola de Frankfurt – uma escola filosófica ligada ao Materialismo Histórico com características muito específicas⁷. Mas existe grande quantidade de conceitos utilizados pelos historiadores que são polissêmicos. Terry Eagleton registra, em seu livro *Ideologia*, nada menos do que dezesseis sentidos de

⁶ Thomas Kuhn se refere a alguns casos como este, no momento em que discute os problemas de linguagem e tradução que estão envolvidos na comunicação entre os membros de certas comunidades científicas: “Uma vez que as palavras em torno das quais se cristalizam as dificuldades foram parcialmente apreendidas a partir da aplicação direta de exemplares, os que participam de uma interrupção da comunicação não podem dizer: ‘utilizei a palavra «elemento» (ou «mistura», «planeta», ou «movimento livre») na forma estabelecida pelos seguintes critérios” (KUHN, 2007, p.250).

⁷ O ensaio *Dialética Negativa* foi escrito em 1966 por Adorno (1903-1969), um dos representantes da Escola de Frankfurt. Sobre o uso do conceito de Dialética Negativa no pensamento dos vários frankfurtianos, que buscam trabalhar com uma dialética da “não-identidade”, bem como respeitar o diferente, o dissonante, e mesmo o “inexpressável”, ver BUCK-MORSS, 1982.

uso mais comum para este conceito na atualidade (EAGLETON, 1997, p.15)⁸. A questão da polissemia conceitual, e também a dos dialetos que se referem a setores no interior de uma mesma comunidade científica, requerem por vezes o recurso à “tradução”⁹. Um enunciado, perfeitamente transparente para determinado setor teórico de um campo disciplinar, pode parecer opaco para outro setor da mesma comunidade científica.

Estes e outros, enfim, são os aspectos que se devem relacionar com vistas à aplicabilidade, para a Teoria da História, dos conceitos de “Matriz Disciplinar” e “Paradigma”.

⁸ Sobre um panorama crítico para várias possibilidades de sentidos modernamente atribuídos ao conceito de “ideologia”, o autor remete NAESS *et al*, 1956, p.143 ss.

⁹ Esta questão é também tangenciada por Thomas Kuhn no “Posfácio” de 1969 para o ensaio *Estrutura das Revoluções Científicas*: “Em suma, o que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades de linguagem e a partir daí tornarem-se tradutores” (KUHN, 2007, p.251). Clássicos para as questões que envolvem a tradução são os livros *Mundo e Objeto* (1965), e *Teorias e Coisas* (1960), de W. O. QUINE.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [Texto original publicado em 1938].
- BACHELARD, G. **Le Materialisme Rationnel**. Paris: PUF, 1953.
- BOURDÉ, G. e MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BURGUIÉRE, A. Histoire d'une Histoire: La naissance des Annales. **Annales ESC**, n. 6, nov/dez 1979.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1990.
- BUCK-MORSS, S. **Origen de la Dialectica Negativa – Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981.
- CARBONELL, C. e LIVET, G. **Au berceau des Annales**. Toulouse, Presses de l'Institut d'Études Politiques de Toulouse, 1983.
- CHAUNU, P. **Histoire, science sociale**. Paris: SEDES, 1974.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- EINSTEIN, A. Autobiographical Note. In EINSTEIN, A. **Albert Einstein: Philosopher-Scientist**. Evanston: P. A. Schil, 1949.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995/4 ([exto original publicado em 1939]).

FEBVRE, L. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1965.

GINZBURG, C. Raízes de um Paradigma Indiciário. In GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 143-179 (Texto original publicado em 1986).

GINZBURG, C. Provas e Possibilidades. In: GINZBURG, C. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. 179-202 (Texto original publicado em 1979).

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

KUHN, T. As ciências naturais e as ciências sociais. In: KUHN, T. **O Caminho desde a Estrutura**. São Paulo: Unesp, 2006. p.265-273.

KUHN, T. **The Copernican Revolution**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1957.

MORIN, E. **O Método**. Volume 4: As Idéias. Porto Alegre: Sulina, 1998 (Texto original publicado em 1991).

PLANCK, M. **Scientific Autobiography and Other Papers**. New York: Philosophical Library, 1949.

QUINE, W. O. **Word and Object**. Cambridge Mass: The M.I.T. Press, 1960.

QUINE, W. O. **Theories and Things**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1981.

RÜSEN, J. **Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica** (Teoria da História – I). Brasília: EDUB, 2001 (Texto original publicado em 1983).

RÜSEN, J. **Reconstrução do Passado: os princípios da pesquisa histórica** (Teoria da História – II). Brasília: EDUB, 2007 (Texto original publicado em 1986).

RÜSEN, J. **História Viva**: formas e funções do conhecimento histórico (Teoria da História – III). Brasília: EDUB, 2007.

STOIANOVICH, T. **French historical method – the Annales Paradigm**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1976.

WHITE, H. **A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1972 (Texto original publicado em 1973).

Artigo: Recebido em: 18/02/2010 Aceito em: 23/04/2010
